

GEMAG FONSECA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 18.837.532/0001-43

Demonstrações Financeiras

GEMAG FONSECA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 18.837.532/0001-43

31 de dezembro de 2023 e

31 de dezembro de 2022.

GEMAG FONSECA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 18.837.532/0001-43

Cuiabá - MT, 18 de março de 2024.

Aos acionistas da

GEMAG FONSECA PARTICIPAÇÕES S/A

Senhores Acionistas,

A Administração da **GEMAG FONSECA PARTICIPAÇÕES S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2023 comparativas a 31 de dezembro de 2022.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado por ações, constituída em 16 de maio de 2013 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objetivo social específico a participação como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, monitorando o desempenho das empresas de cujo capital participar. A sociedade poderá participar como sócia, acionista ou cotista de outras sociedades. Os atos reservados à competência de profissões legalmente regulamentadas serão praticados pelos sócios que preencham tal condição ou mediante contratação de terceiros detentores de inscrição no respectivo órgão fiscalizador.

GEMAG FONSECA PARTICIPAÇÕES S.A.

Diretor Presidente

Geraldo Henriques da Fonseca

GEMAG FONSECA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 18.837.532/0001-43

Balço Patrimonial do exercíco findo em:
(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>ATIVO</u>			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.466.317	2.978.190
Duplicatas a receber			6.542
Total do ativo circulante		3.466.317	2.984.732
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo		(122)	
Imobilizado	6	7.891.649	8.208.903
Total do ativo não circulante		7.891.527	8.208.903
Total do Ativo		11.357.844	11.193.635
<u>PASSIVO</u>			
Passivo Circulante			
Fornecedores		550	654
Obrigações Tributárias	7	102.967	91.286
Obrigações sociais e trabalhistas		614	2.182
Outras Obrigações	8	1.500.000	1.500.000
Total do Passivo Circulante		1.604.131	1.594.122
Patrimônio Líquido			
Capital Social subscrito	9	8.000.000	8.000.000
Reserva Legal		32.970	32.970
Reserva de lucros		1.720.743	1.566.543
Total do patrimônio líquido		9.753.713	9.599.513
Total do Passivo		11.357.844	11.193.635

GEMAG FONSECA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 18.837.532/0001-43

Demonstração do Resultado do Exercício em:

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços prestados	2.444.749	2.159.151
(-) Deduções da receita	(89.233)	(78.809)
Receita Líquida	2.355.516	2.080.342
Lucro Bruto	2.355.516	2.080.342
Despesas Operacionais		
- Despesas administrativas e gerais	(684.834)	(621.722)
Total das despesas operacionais	(684.834)	(621.722)
Lucro antes do Resultado Financeiro	1.670.682	1.458.620
Receitas financeiras	340.565	287.523
Despesas financeiras	(557)	(79)
Resultado financeiro líquido	340.008	287.444
Lucro antes da provisões de CSLL e IRPJ	2.010.690	1.746.064
Provisão para IRPJ	(255.772)	(214.112)
Provisão para CSLL	(100.718)	(85.720)
Lucro Líquido do exercício	1.654.200	1.446.232

GEMAG FONSECA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 18.837.532/0001-43

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em: (Valores expressos em reais)

	Capital Social Subscrito	Reserva Legal	Reserva de resultado	Total
Saldo em 31/12/2021	8.000.000	32.970	1.620.311	9.653.281
Resultado do exercício			1.446.232	1.446.232
Distribuição de dividendos			(1.500.000)	(1.500.000)
Saldo em 31/12/2022	8.000.000	32.970	1.566.543	9.599.513
Resultado do exercício			1.654.200	1.654.200
Distribuição de dividendos			(1.500.000)	(1.500.000)
Saldo em 31/12/2023	8.000.000	32.970	1.720.743	9.753.713

GEMAG FONSECA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 18.837.532/0001-43

Demonstração dos fluxos de caixa em:

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do IRPJ E CSLL	1.654.200	1.746.064
Ajustado por:		
- despesa de depreciação e amortização	335.115	294.586
	<u>1.989.315</u>	<u>2.040.650</u>
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Títulos a receber	6.542	(6.542)
Outros créditos	122	
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Obrigações com Fornecedores	(104)	654
Obrigações Fiscais e Tributárias (exceto IR e CS)	356.540	42.665
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(1.568)	2.182
Outras obrigações	-	1.272.500
Caixa proveniente/(usado) nas operações	2.350.847	3.352.109
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(344.859)	(299.832)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	2.005.988	3.052.277
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Venda de imobilizado	198.468	
Aquisição de ativo imobilizado	(216.329)	(466.963)
Pagamento de dividendos	(1.500.000)	(1.500.000)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(1.517.861)	(1.966.963)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	488.127	1.085.314
Caixa e equivalente de caixa no início do período	2.978.190	1.892.876
Caixa e equivalente de caixa no final do período	3.466.317	2.978.190

GEMAG FONSECA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 18.837.532/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

(Valores expressos em Reais)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Gemag Fonseca Participações S.A é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 16/05/2013 e tem por objetivo específico a participação como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, monitorando o desempenho das empresas de cujo capital participar. A sociedade poderá participar como sócia, acionista ou cotista de outras sociedades. Os atos reservados à competência de profissões legalmente regulamentadas serão praticados pelos sócios que preencham tal condição ou mediante contratação de terceiros detentores de inscrição no respectivo órgão fiscalizador.

A companhia é tributada pelo Lucro Presumido e tem sede na cidade de Cuiabá, estado do Mato Grosso, na Avenida Isaac Povoas, 586, Sala 705, bairro Centro, CEP: 78.005-560, inscrita no CNPJ sob o Nº 18.837.532/0001-43.

Contabilidade terceirizada: Os administradores da Companhia optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da companhia declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da companhia em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da companhia, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações contábeis, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da companhia a este profissional.

2) RISCOS

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos da Companhia.

2.3 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.4 Risco fiscal:

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2024 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.5 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2024, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da

Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS.

2.6 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.7 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

3) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 estão de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial pela NBC TG 26 (R5) e incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis.

A Companhia elaborou o seguinte conjunto de Demonstrações Financeiras, conforme previsto no item nº 10 da NBC TG 26 (R5): Balanço Patrimonial – BP; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL e Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. Em todas as demonstrações foram apresentados os saldos do final do exercício, bem como do final do exercício anterior para fins de comparabilidade.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

- CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
- CPC 24 – Evento subsequente
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 27 (R1) – Ativo imobilizado
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade: A administração concluiu não haver incertezas materiais sobre a continuidade dos negócios, sendo que avalia que possui habilidade em continuar operando normalmente e pretende dar continuidade aos negócios. As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

As demonstrações financeiras são elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4.1. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, banco conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.3. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.4. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido atinge o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração da Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.5. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.7. Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual.

4.8. Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera num único segmento (participação societária ou em empreendimentos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.9. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.10. Evento Subsequente

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

GEMAG FONSECA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 18.837.532/0001-43

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	9.009	1.744
Aplicação Financeira Caixa Econômica Federal	3.457.308	2.976.446
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.466.317	2.978.190

6) IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é representado por terrenos e edifícios adquiridos, e está deste modo composto:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Terrenos	546.747	546.747
Edifícios e construções	9.355.677	9.337.816
(-) Depreciação acumulada	(2.010.775)	(1.675.660)
Total do Imobilizado	7.891.649	8.208.903

7) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A rubrica de obrigações tributárias representa os impostos em aberto na companhia na data de 31/12/2023:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda a recolher	61.135	54.075
Contribuição social a recolher	34.454	29.884
Pis a recolher	1.314	1.305
Cofins a recolher	6.064	6.022
Total de obrigações tributárias	102.967	91.286

GEMAG FONSECA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 18.837.532/0001-43

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

A rubrica de outras obrigações refere-se a lucros que foram distribuídos no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) que serão pagos após a data de 31 de dezembro.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social:

O Capital Social é de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) totalmente subscrito e integralizado, representado por 8.000.000 (oito milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

Reserva legal

A reserva legal constituída está dentro do limite de 20% não excedendo o capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 22º, § 1º, letra (a) do estatuto social da companhia.

Resultado do Exercício:

A companhia apresentou, em seu exercício social findo, um resultado positivo de R\$ 1.654.200,26 (um milhão, seiscentos e cinquenta e quatro mil, duzentos reais e vinte e seis centavos).

Distribuição de dividendos e Reserva de lucros

A companhia distribuiu o montante de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para os sócios, sendo que a conta "Reserva de Lucros", após os ajustes referentes a distribuição de dividendos, apresentou um saldo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 1.720.743,05 sendo que está a disposição da Administração para futura definição.

10) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecido integralmente nas demonstrações. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

GEMAG FONSECA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 18.837.532/0001-43

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 4): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com os valores divulgados;

Cuiabá – MT, 18 de março de 2024.

Geraldo Henriques da Fonseca
Diretor Presidente

Marly Bastos Pommot Fonseca
Diretora Vice Presidente

Ronicley Guedes de Castro
CRC/MT – 011982/O-6
Contador